

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Declaração de Rectificação n.º 22/97

Para efeito de rectificação à Declaração n.º 10/97, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 269, de 20 de Novembro de 1997, onde se lê «António Alexandre Cantigas Rosa» deverá ler-se «Alexandre António Cantigas Rosa».

Assembleia da República, 24 de Novembro de 1997. — A Directora de Serviços, *Maria do Rosário Paiva Boléo*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 1222/97

de 12 de Dezembro

A relevância da prestação de informação trimestral por sociedades com acções cotadas no mercado de cotações oficiais é sentida, de algum modo, não só pela generalidade dos investidores como também pelos demais intervenientes no mercado. Com efeito, as análises e estudos orientadores das respectivas decisões e actividades não se fundam exclusivamente na apreciação sobre o *goodwill* da empresa, assumindo particular influência a apreciação da informação de carácter económico e financeiro divulgada pelas sociedades. De resto, algumas entidades emitentes, reconhecendo a mencionada relevância, têm já procedido, por iniciativa própria, à divulgação intercalar de informação económica e financeira por forma a garantir a constante actualidade da mesma. Entendeu-se, face ao grau de desenvolvimento do mercado nacional e, especialmente, aos objectivos tidos em vista para o mesmo, designadamente os que se encontram relacionados com a qualidade da informação, ser este o momento adequado para impor a obrigação de prestação de informação intercalar e regulamentá-la, de acordo com o sentido geral da evolução registada nos mercados desenvolvidos de valores mobiliários.

Foi ouvida a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 343.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142-A/91, de 10 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 178/97, de 24 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, o seguinte:

1.º As sociedades com acções cotadas no mercado de cotações oficiais devem elaborar e publicar, no prazo de 30 dias contados do termo do trimestre a que se reporte, informação referente à sua actividade, resultados e situação económica e financeira, reportada ao fim do 1.º, 3.º e, se for o caso, 5.º trimestre de cada exercício contabilístico.

2.º A informação trimestral referida no número anterior deve ser publicada nos boletins de cotações das bolsas de valores em que as acções se encontrem cotadas ou em jornal de grande circulação no País, observando-se o disposto no n.º 3 do artigo 339.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

3.º A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários definirá, por regulamento, os elementos que integram a informação a elaborar e publicar nos termos da presente portaria.

Ministério das Finanças.

Assinada em 12 de Novembro de 1997.

O Ministro das Finanças, *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS
E DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 1223/97

de 12 de Dezembro

Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril, o valor do subsídio de educação especial é obtido através da dedução do valor da comparticipação familiar ao montante da mensalidade.

Por sua vez, o valor da comparticipação familiar é calculado a partir da aplicação de percentagens correspondentes a escalões de poupança mensal do agregado familiar.

Assim, o aumento das receitas da família, sem que se considere o aumento das respectivas despesas, levaria a um maior valor da poupança e, conseqüentemente, ao acréscimo da comparticipação familiar e à redução do quantitativo do subsídio a receber da segurança social.

Considere-se deste modo igualmente justificada a actualização da tabela das despesas fixas do agregado familiar, que, pela sua própria estrutura, implica um ajustamento, em princípio anual, dos respectivos valores.

A actualização agora determinada acompanha a evolução dos preços e, particularmente, o valor previsível para a inflação em 1998.

Tendo em atenção a alteração introduzida no regime das prestações familiares, haverá que adequar ao mesmo o novo valor da comparticipação familiar.

Neste sentido, considera-se que o montante da comparticipação familiar mínima deve corresponder ao valor do subsídio familiar a crianças e jovens, procurando-se, assim, uma co-responsabilização mínima das famílias no apoio sócio-educativo às crianças e jovens com deficiência.

Nestes termos:

Manda o Governo, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, e do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 4/81, de 7 de Abril, pelos Ministros das Finanças e da Solidariedade e Segurança Social, o seguinte:

1.º

Objectivo

A presente portaria estabelece os valores e critérios de determinação das comparticipações das famílias na frequência de estabelecimentos de educação especial

por crianças e jovens com deficiência, com vista ao cálculo do respectivo subsídio de educação especial, previsto no âmbito das prestações familiares, que integra os regimes de segurança social e de protecção social da função pública.

2.º

Determinação do valor da comparticipação das famílias

1 — É aprovada a tabela para a determinação do valor da comparticipação das famílias prevista no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril:

Poupança familiar mensal (em escudos)	Comparticipação familiar em percentagem da poupança familiar		
	Internato	Semi- internato	Externato
Até 5310	50	0	0
De 5311 a 5960	55	30	15
De 5961 a 6630	60	38	19
De 6631 a 7300	65	46	23
De 7301 a 7950	70	54	27
De 7951 a 8610	75	64	32
De 8611 a 9280	80	74	38
De 9281 a 9930	90	87	44
Mais de 9930	100	100	50

2 — Nas modalidades de internato e de semi-internato a comparticipação não pode ser inferior, respectivamente, ao valor do subsídio familiar a crianças e jovens, percebido por um só filho de idade superior a 12 meses, correspondente ao 3.º escalão, deduzido dos montantes de eventuais majorações ou bonificações específicas que lhe acresçam, e a metade desse valor.

3.º

Determinação da poupança familiar

É aprovada a tabela das despesas anuais fixas a considerar para o cálculo da poupança familiar e determinação da comparticipação das famílias, de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 9.º e no artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril:

Número de elementos do agregado familiar	Despesas anuais fixas, sem o valor relativo à habitação (em milhares de escudos)
2	840
3	1 160
4	1 380
5	1 580
6	1 710
7	1 800
8	1 900
9	1 970
10	2 010

4.º

Actuação das instituições e serviços

As instituições e serviços processadores do subsídio de educação especial devem proceder com rigor na determinação do quantitativo da prestação através do

apuramento do valor da comparticipação familiar, designadamente:

- Analizando criteriosamente os elementos de prova apresentados ou exigíveis para conhecimento actualizado das receitas do agregado familiar da criança ou do jovem com deficiência;
- Exercendo, sempre que necessário, o poder conferido pelo n.º 4 do artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, quanto à verificação pelos respectivos serviços de suficiência e exactidão dos elementos fornecidos.

5.º

Revogação

1 — A presente portaria revoga a Portaria n.º 161/97, de 6 de Março.

2 — Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1997.

Ministérios das Finanças e da Solidariedade e Segurança Social.

Assinada em 12 de Novembro de 1997.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*, Secretária de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, *Fernando Lopes Ribeiro Mendes*, Secretário de Estado da Segurança Social.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**Assembleia Legislativa Regional****Resolução da Assembleia Legislativa Regional
n.º 9/97/A**

Pronúncia, por iniciativa própria, perante o Governo da República, sobre o fenómeno da insegurança nos Açores

1 — A segurança das pessoas e dos bens é um dos valores fundamentais da sociedade.

Um clima de insegurança colectiva, que é fruto de uma realidade onde a coesão deu lugar à fractura social, tem vindo a fazer-se sentir principalmente nos grandes centros urbanos dos Açores.

2 — Quem estiver atento à comunicação social regional toma conhecimento de crimes contra a vida, contra a honra e a integridade física dos cidadãos e fica também a saber da forma violenta como estão a ser frequentemente roubados ou destruídos bens e haveres. O fenómeno já não abrange apenas as cidades dos Açores, nem tão-pouco as vilas, mas atingiu já as outrora sempre calmas e pacatas freguesias da nossa região.

3 — Quem contacta com as populações sabe que a questão da insegurança já não é uma preocupação secundária. Os cidadãos sentem e transmitem aos responsáveis políticos as suas angústias.

Os Açorianos alarmam-se ao verificarem que a Região se transformou numa porta de entrada da droga, como aliás comprovam os julgamentos em tribunal; declaram-se decepcionados quando os delinquentes são apanhados e deixados à solta ou então quando são liber-